

desemprego e emissão de documentos profissionais. Para efeito desta meta, serão contabilizados os beneficiários que, após inscrição no SINE, conseguiram colocação no mercado formal. Os cidadãos que eventualmente forem atendidos por dois serviços mencionados nesta meta (Programa Operação Trabalho e SINE, por exemplo) serão contabilizados uma única vez.

Meta: Aumentar em 20% o investimento público per capita médio da cidade em relação aos últimos quatro anos

Descrição do Indicador: Investimento Público per capita

Unidade de medida: R\$ / habitante

Fonte: Secretaria da Fazenda

Frequência: Anual

Fórmula de cálculo: Somatória de investimentos públicos empenhados líquidos (Categoria Econômica = Despesas de Capital; Grupo de Despesas = Investimentos; e PAPA = Projeto) dos quatro anos divididos pela população do Município no ano de 2020 (fim do período compreendido na Meta)

Valor base: R\$ 1.122,93 per capita

Ano Base: Média 2013 a 2016

Número ODS: -

Programa de Governo: Sim

Notas técnicas: A meta prevê aumentar os investimentos por meio da redução de gastos com custeio e aumento das receitas sem o aumento de impostos

#### Ficha de Projetos Estratégicos

Projeto: São Paulo Digital

Meta(s) associada(s): Garantir que 100% dos novos processos sejam eletrônicos, reduzindo custos e tempo de tramitação

Valor de base da meta: 35%

Ano Base: 2016

Situação atual encontrada: A Prefeitura de São Paulo gera, aproximadamente, 340 mil processos administrativos por ano. A maior parte desse volume é gerada em papel, o que prejudica o meio ambiente e onera a Administração com transporte e armazenamento, ocasionando ainda a morosidade de sua tramitação. Além disso, os processos físicos oferecem pouca transparência e dificultam o controle gerencial da rotina administrativa, bem como podem ser danificados ou mesmo extraviados. Em janeiro de 2015, a Prefeitura de São Paulo implantou o SEI - Sistema Eletrônico de Informações, criado e cedido gratuitamente pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, cuja finalidade é substituir o papel pelo ambiente eletrônico para a geração e a tramitação de processos administrativos. Desde então, já foram migrados para o sistema eletrônico mais de 100 tipos de processos. No entanto, até janeiro de 2017, somente 35% dos processos administrativos são gerados em ambiente eletrônico. O projeto consiste na disseminação do uso do SEI (Sistema Eletrônico de Informações) na Prefeitura, garantindo que os processos administrativos passem a ser criados e tramitados de forma eletrônica, em substituição ao Simproc (Sistema Municipal de Processos), utilizado para autuar processos em papel, e que serve tão somente para controlar sua movimentação.

Linhas de ação:

Migrar 100% dos tipos de processos administrativos hoje atuados em papel para o sistema eletrônico

Capacitar 35.000 servidores públicos municipais para utilização do sistema

Disponibilizar uma plataforma interna de controle gerencial dos processos para subsidiar a tomada de decisão pelos gestores municipais

Resultados esperados: Até o término do ano de 2018, 100% dos processos administrativos serão criados eletronicamente no SEI. Com isso, espera-se, anualmente, economizar R\$ 4 milhões em papel e outros insumos para a geração e o transporte de processos, e consumir aproximadamente 16 milhões de folhas de papel a menos. Além disso, a criação dos processos no SEI permitirá reduzir o tempo médio de tramitação dos processos entre 50 e 90%, fornecendo mais celeridade às ações da Administração. Por fim, a totalidade dos processos no sistema eletrônico propiciará um aumento de transparência e de controle sobre os processos de trabalho da Prefeitura, permitindo aos cidadãos o acompanhamento dos processos e a interação com a Prefeitura por meio da Internet.

Este projeto possui o(s) selo(s): Sustentabilidade Ambiental

Projeto: Empreenda Fácil

Meta(s) associada(s): Reduzir o tempo para abertura e formalização de empresas de baixo risco de 101,5 dias para 5 dias

Valor de base da meta: 101,5

Ano Base: 2016

Situação atual encontrada: O processo de abertura e formalização de empresas é hoje um dos maiores entraves para a melhoria do ambiente de negócios no Brasil. Atualmente o país encontra-se em 123º no ranking geral do Doing Business e 175º no ranking específico de abertura de empresas. Neste último quesito, o tempo para abertura de empresas na cidade de São Paulo é de 101,5 dias, maior do que a média do país. Deste prazo, 90 dias correspondem apenas ao licenciamento municipal, dando à Prefeitura um potencial enorme de incidir no processo. Este projeto consiste na desburocratização do processo de abertura e formalização de empresas de baixo risco na cidade de São Paulo, valorizando trâmites eletrônicos e evitando a duplicidade de exigências e etapas. As empresas de baixo risco representam 80% das aberturas e formalizações de empresas.

Linhas de ação:

Integrar procedimentos com outros entes federativos para emissão (i) do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), (ii) do Registro e Licenciamento de Empresas (RLE), (iii) da Inscrição Estadual e (iv) do Número de Inscrição do Registro Empresarial (NIRE).

Implantar um sistema informatizado que integrará diversas bases municipais para executar os procedimentos de viabilidade, inscrição municipal e o licenciamento.

Renovar a rede lógica das 32 prefeituras regionais

Ampliar o link de acesso à internet das 32 prefeituras regionais

Adquirir ao menos 30 microcomputadores para cada Prefeitura Regional, adequados às necessidades do serviço

Disponibilizar no site da Prefeitura de São Paulo informações sobre a utilização dos sistemas do processo integrado de abertura e formalização de empresas e materiais complementares para dúvidas e orientações.

Realizar três seminários para engajar as partes envolvidas (respondentes, agentes vistoros, sociedade civil, equipe de licenciamento, contadores, advogados etc.)

Publicar um normativo para definir o modelo de governança e curadoria do projeto

Implantar estruturas físicas para atendimento a empresários nos territórios das 32 Prefeituras Regionais

Fazer o atendimento a empreendedores de todos os portes, em especial para a formalização de microempreendedores individuais (MEI), orientações para abertura de empresas de baixo impacto, em tempo reduzido, facilitação ao acesso de serviços de capacitação, microcrédito e acesso a mercados.

Desenvolver, com parcerias técnicas, indicador de empreendedorismo regionalizado

Resultados esperados: A implementação do projeto possibilitará melhorar o ambiente de negócios da cidade de São Paulo, facilitando e desburocratizando a vida dos empreendedores. Do ponto de vista do cidadão, será possível abrir uma empresa sem precisar se deslocar para inúmeros endereços diferentes e sem repetir etapas e procedimentos, por meio de um único site como porta de entrada do processo. Além disso, com a redução do tempo para abertura de empresas, estima-se uma melhoria no ranking do Doing Business e, ao simplificar as exigências necessárias à obtenção das licenças municipais, uma melhoria significativa para o ambiente de negócios da cidade e do Brasil como um todo. Isto possibilitará uma atração de investimentos estrangeiros e nacionais para o país e, sobretudo, para a cidade de São Paulo. De forma geral, será estimulado o ambiente de empreendedorismo na cidade. Este projeto possui o(s) selo(s): -

Projeto: WiFi SP

Meta(s) associada(s): Duplicar os pontos de WiFi livre na Cidade de São Paulo

Valor de base da meta: 120

Ano Base: 2016

Situação atual encontrada: O programa WiFi SP tem como objetivo levar internet gratuita e de qualidade à população de São Paulo. Atualmente 120 praças/parques abrigam o programa, fazendo de São Paulo a segunda cidade em quantidade de locais de acesso no Brasil. A velocidade mínima de conexão é de 512kbps para download e upload, atendendo de 50 a 250 usuários simultaneamente. O projeto consiste na expansão do número de locais de acesso, capilarizando o programa por todas as regiões da cidade. Além da expansão em termos quantitativos, o projeto também prevê uma melhoria na qualidade do serviço oferecido, entregando uma conexão com velocidade mínima de 512kbps e garantindo a disponibilidade do link para o cidadão.

Linhas de ação:

Garantir velocidade mínima de 512kbps por acesso;

Implantar trimestralmente pesquisas de satisfação com os cidadãos;

Implantar WiFi em todas as Regionais

Implantar WiFi em todos os CEUs

Implantar WiFi em todos os Fab Labs

Implantar WiFi em 30 Telecentros

Resultados esperados: A expansão dos pontos de acesso ao WiFi SP irá garantir que a maior parte da população tenha acesso à internet sem precisar realizar grandes deslocamentos para encontrar um local contemplado pelo programa. Ademais, com a estratégia de disponibilização de internet em diversos equipamentos públicos - como Prefeituras Regionais, CEUs e Fab Labs -, almeja-se melhorar o conforto dos cidadãos que utilizam os serviços da Prefeitura. Por meio de um plano de negócios adequado, espera-se reduzir significativamente o custo do programa, desonerando os cofres públicos e permitindo que esses recursos sejam investidos em outras áreas. Por fim, espera-se que o WiFi SP também seja a porta de comunicação da Prefeitura Municipal. Por ele será possível que a PMSF propague campanhas, compartilhe os resultados e divulgue ações.

Este projeto possui o(s) selo(s): -

Projeto: Poupatempo Municipal

Meta(s) associada(s): Implantar o padrão Poupatempo em todas as Regionais

Valor de base da meta: N/A

Ano Base: N/A

Situação atual encontrada: Atualmente, a Prefeitura conta com 32 Praças de Atendimento localizadas em cada Prefeitura Regional. No entanto, não existe um padrão de atendimento único e as filas para atendimento costumam ser longas. Dos mais de 750 serviços identificados, apenas 212 serviços podem ser solicitados presencialmente nestas localidades. Este projeto consiste na implantação de 33 unidades de atendimento com qualidade Poupatempo, sendo um móvel e 32 fixas. Os conceitos que fundamentam esta iniciativa são a ideia de "cidadão único e governo único" e de "atendimento presencial integrado ao atendimento remoto (eletrônico e telefônico)".

Linhas de ação:

Lançar um documento com a concepção e planejamento da implantação do Poupatempo Municipal

Implantar duas unidades piloto, sendo uma fixa e uma móvel

Expandir o Poupatempo para as demais Regionais

Implantar o Padrão Poupatempo de atendimento

Revisar, desburocratizar e procurar migrar para o eletrônico os processos dos principais serviços da Prefeitura

Resultados esperados: Com a conclusão do projeto espera-se melhorar o atendimento presencial da Prefeitura de São Paulo, alcançando um padrão Poupatempo de atendimento. Além disso, o Poupatempo Municipal permitirá uma desburocratização e simplificação do acesso e da prestação de serviços públicos, facilitando a vida do cidadão paulistano. Para além da melhoria no atendimento inicial, o projeto pretende melhorar o tempo de atendimento, de execução e de conclusão na prestação dos serviços.

Este projeto possui o(s) selo(s): -

Projeto: Plano Municipal de Desestatização

Meta(s) associada(s): Viabilizar R\$ 5 bilhões de impacto financeiro para a Prefeitura de São Paulo, no âmbito do Plano Municipal de Desestatização

Valor de base da meta: N/A

Ano Base: N/A

Situação atual encontrada: Haja vista as dificuldades do setor público brasileiro em realizar investimentos no contexto atual de crise econômica e dificuldade de arrecadação, projetos de desestatização tornam-se fundamentais para a melhoria da prestação de serviços e

para a desoneração dos cofres públicos, o que possibilita a reordenação, no âmbito do Município de São Paulo, da posição estratégica da Administração Pública Municipal. Diversos ativos da capital paulista encontram-se subaproveitados ou mal utilizados, onerando os cofres públicos e não trazendo o potencial de receita que poderia ser alcançado. Ao transferir para a iniciativa privada a gestão de alguns ativos, a Administração Pública reduz suas despesas, aumenta suas receitas e melhora o serviço público, além de poder concentrar esforços nas atividades em que a presença do Governo seja prioritária.

Linhas de ação:

Elaborar Plano Municipal de Desestatização (PMD), que prevê, inclusive, a criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento

Enviar o Projeto de Lei do PMD à Câmara dos Vereadores

Promulgar o PMD

Implementar o Plano Municipal de Desestatização (PMD) e o Fundo Municipal de Desenvolvimento (FMD)

Contratar ou receber estudos de terceiros (consultoria externa ou Procedimento de Manifestação de Interesse) para oito projetos, no âmbito do PMD

Estruturar a viabilidade econômico-financeira e elaborar documentos editalícios de oito projetos, no âmbito do PMD, garantindo impactos sociais e econômicos, bem como melhorias de sustentabilidade ambiental e de acessibilidade

Instaurar procedimentos formais (leilão, concorrência, chamamentos etc.) de oito projetos, no âmbito do PMD

Assinar o contrato de oito projetos, no âmbito do PMD

Resultados esperados: Melhoria dos serviços públicos e viabilização de R\$ 5 bilhões de impacto financeiro (desoneração, receita de capital e de outorgas, investimentos e arrecadação tributária) para a Prefeitura de São Paulo

Este projeto possui o(s) selo(s): Acessibilidade e Sustentabilidade Ambiental

Projeto: Gestores da Economia

Meta(s) associada(s): Reduzir 20% das despesas operacionais em relação ao triênio anterior

Valor de base da meta: R\$ 483 milhões

Ano Base: média 2014-2016

Situação atual encontrada: Muitos gastos operacionais da Prefeitura são realizados sem planejamento, sem informações comparativas com demais entes e sem correta análise de custo-benefício. Como historicamente a atenção sobre tais gastos é relativamente baixa, eles permanecem ocorrendo sem a incorporação de potenciais ganhos. É o caso emblemático das locações de veículos, que já poderiam ter sido substituídas por serviços de táxi, ou os gastos com aluguel, que podem se beneficiar de uma atuação concentrada provendo uma melhor alocação das equipes de trabalho. Temos pontos de possível otimização de recursos na cidade, visto que tais atividades são operacionais e acabam, na prática, retirando recursos que poderiam ir para áreas-fim da cidade, como educação, saúde e segurança.

Linhas de ação:

Instituir Programa dos Gestores da Economia

Instituir Mudança no Serviço de Transporte de Pessoal

Entregar estudo sobre as contratações dos serviços de limpeza e vigilância na cidade

Economizar pelo menos R\$ 1 milhão em suprimentos por meio de Atas de Preço e Termos de Referência Padrão

Reduzir em pelo menos 20% os gastos com locação de imóveis na cidade

Migrar o Diário Oficial para formato eletrônico

Rever a Tabela de Temporalidade (Arquivo)

Resultados esperados: A chegada dos gestores da economia trará responsabilização dos gastos às secretarias, permitindo uma visão holística das despesas e um controle minucioso dos gastos não diretamente associados com os serviços prestados aos cidadãos. Espera-se instituir modelos mais qualificados que gerem maior economia das despesas operacionais da Prefeitura e institucionalizar a cultura de zelo ao gasto público. Tal mudança de paradigma ajudará a Prefeitura em tempos de restrição orçamentária, contribuindo para que os serviços diretos ao cidadão não sejam prejudicados.

Este projeto possui o(s) selo(s): -

Projeto: São Paulo Criativa

Meta(s) associada(s): Aumentar em 10%, entre 2017 e 2019, a quantidade de empresas abertas relacionadas à cadeia de economia criativa em comparação ao triênio 2013-2015

Valor de base da meta: 13.526

Ano Base: 2013 a 2015

Situação atual encontrada: Tanto em cenário de alto crescimento de emprego formal, como de baixo crescimento, a economia criativa é superior. Em 2010, enquanto os empregos formais cresceram aproximadamente 7%, os vínculos nos setores da economia criativa cresceram 11%. Já em 2014, a taxa de evolução do total dos vínculos formais no município cresceu menos de 2%, enquanto que na economia criativa se aproximou de 3%. Por sua vez, entre 15% e 16% dos vínculos formais de emprego no município de São Paulo estão nos setores intensivos em conhecimento e tecnologia. Dada a transição produtiva da economia paulista, em curso desde a década de 1980 e que tem tornado o município de São Paulo especializado em serviços sofisticados e diversificado, faz-se oportuno, priorizar o fomento a empreendimentos e segmentos capazes de agregar valor às cadeias produtivas existentes nas cidades, aproveitando-se as vocações locais de cada região.

Linhas de ação:

Contribuir para a reformulação da legislação municipal sobre Ciência, Tecnologia e Inovação

Criar o Fundo Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia e captar recursos públicos e privados, ampliando o alcance de subsídios do VAI TEC

Conduzir a implantação do Parque Tecnológico da Zona Leste

Apoiar a articulação das partes interessadas para o estudo de viabilidade científico tecnológica para implantação do Parque Tecnológico do Jaguaré

Criar o sistema paulistano de incubadoras de base tecnológica

Implantar a incubadora escola de economia criativa

Ofertar 1400 vagas por ano no Programa São Paulo Criativa

Articular e implementar programa pedagógico sobre empreendedorismo para instituições de ensino fundamental, médio e técnico e em outras instituições culturais e educacionais